

LEIGAS E RELIGIOSAS NA SANTA CASA DE CACHOEIRO*LAYMEN AND RELIGIOUS IN SANTA CASA DE CACHOEIRO*Luciene Carla Corrêa Francelino¹

¹ Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da UFES, Vitória, ES, Brasil. Contato: lucienecarla20@hotmail.com

Resumo: Este artigo é parte de um trabalho de pesquisa sobre a atuação das religiosas da congregação de Jesus na Santíssima Eucaristia no interior da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim, município do sul do Estado do Espírito Santo, entre os anos de 1929 a 1950, período em que as freiras atuaram na administração interna de todos os setores do hospital, realizando, inclusive, a função de enfermeiras. A história dessas Irmãs de Caridade está relacionada com a história de outras mulheres, que, embora vivendo numa sociedade machista e patriarcal, encontraram espaços de atuação e inserção social que ousamos denominar de feminismo possível.

Palavras-chave: Religiosas. Santa Casa. Cachoeiro de Itapemirim. Enfermeiras. Feminismo.

Abstract: This article is part of a research project on the role of women religious in the Congregation of Jesus in the Holy Eucharist in the interior of the Holy House of Mercy of Cachoeiro de Itapemirim, a municipality in the southern state of Espírito Santo, between 1929 and 1950. The period in which the nuns acted in the internal administration of all sectors of the hospital, including the function of nurses. The history of these Sisters of Charity is related to the history of other women who, although living in a macho and patriarchal society, have found spaces of action and social insertion that we dare call feminism as possible.

Keywords: Religious. Holy House. Cachoeiro de Itapemirim. Nurses. Feminism.

INTRODUÇÃO

A história do Cristianismo foi marcada, desde o início, por mulheres que procuraram dedicar suas vidas a servir a Deus, vivendo em constante oração e buscando praticar a caridade através do auxílio ao próximo. No período em que Roma se estabeleceu como “Grande Império”, muitas mulheres, denominadas de virgens consagradas, passaram a viver isoladas em casas ou comunidades, onde recebiam orientação religiosa de outra mulher, geralmente mais velha e experiente. Muitas delas não eram necessariamente virgens, mas sim viúvas, que faziam opção por uma vida contemplativa, renunciando a uma segunda núpcia. Alguns patriarcas da Igreja



Católica, à exemplo de São João Cristóvão (344-407) escreveu sobre o sacerdócio, destacando a importância da virgindade. São Jerônimo (344-420) consolidou os princípios da vida monástica feminina alicerçado em dois pilares fundamentais: a reclusão e a pureza do corpo. A partir do século V surgiram as primeiras ordens monásticas de mulheres. Santo Agostinho (354-430) conferiu a estas ordens algumas regras religiosas semelhantes à dos homens. No século seguinte, o bispo Cesário d' Arles escreveu a primeira "Regra" essencialmente para monjas do convento feminino de sua vila. O documento continha 43 capítulos que determinavam as qualidades essenciais das abadessas¹, baseados em vida comunitária, com destaque para a reclusão (ALGRANTI, 1993).

Gélis (2010) destaca que a percepção do corpo – em especial o feminino – sempre esteve envolta numa mística de religiosidade, sofrendo alterações ao longo do tempo. Na Europa católica, o relato da vida de frades e freiras era um gênero literário importante, que servia como modelo de virtude para várias ordens religiosas. Nestas obras, haviam registros de flagelos e penitências corporais praticadas com a finalidade de buscar a santificação.

A primeira lei com caráter universal para a clausura² foi a Constituição Peticulosa de 1298, instituída pelo papa Bonifácio VIII, que proibia determinantemente a saída das religiosas dos conventos, salvo em casos de doença contagiosa que pudesse colocar m risco toda a comunidade. No século XVI, o Papa Pio V determinou que a saída da reclusão só poderia acontecer em casos de incêndio, lepra – ou outra doença contagiosa –, ruína do edifício que abrigasse tais mulheres ou em ameaça iminente de guerra, mas em todas as situações era necessário pedir autorização por escrito à respectiva autoridade eclesiástica responsável. No século XVII, a vida religiosa monástica tinha como princípio basilar a clausura (FERNANDES, 1989).

Houve forte resistência por parte da Coroa portuguesa para que as entidades destinadas a reclusão feminina fossem criadas no Brasil durante o período colonial,

¹ Abadessa era um cargo religioso de destaque numa comunidade religiosa, que poderia se dividir entre a abadessa geral, cuja autoridade se estendia a todas as abadias da mesma Ordem, e abadessa secular, a quem era destinado o governo temporal de uma paróquia ou monastério.

² A clausura é composta por um conjunto de leis que restringem ou limitam a entrada e permanência de estranhos no espaço onde vivem religiosos ou religiosas de determinada Ordem, bem como a saída destes para além desse espaço de reclusão. O principal objetivo do recolhimento dessas pessoas era a castidade e a manutenção de uma vida em constante comunhão com Deus através da oração e do distanciamento das tentações mundanas.



um dos motivos que nutriam essa oposição era o pequeno número de mulheres brancas disponíveis para o casamento. Outro fator determinante era de caráter econômico, uma vez que a colônia era regida pelo padroado³, cabendo à Metrópole manter financeiramente tais instituições, além de isentá-las do pagamento de impostos. Mas os colonos pressionaram a metrópole para que estabelecimentos congêneres vigorassem no Brasil, visto que estes eram uma alternativa para as filhas de honra duvidosa que não conseguiam contrair matrimônio.⁴ Em virtude das dificuldades impostas para a criação de conventos, surgiu a possibilidade de estabelecer recolhimentos para mulheres. Tais instituições eram casas religiosas análogas aos conventos, entretanto, apresentavam menos requisitos para serem fundados, uma vez que estavam isentos dos trâmites burocráticos junto à Coroa e dos compromissos de votos formais (SILVA, 2005).

Algranti (1993) destaca que os recolhimentos eram instituições femininas de reclusão fundadas sem apoio do papa, cuja finalidade podia ser devocional, caritativa ou educacional. Embora o objetivo de cada estabelecimento fosse traçado durante a sua fundação, era no dia a dia que cada entidade demonstrava quais eram suas reais funções. Os conventos instituídos ainda na época colonial, como o da Ajuda, no Rio de Janeiro, ou o do Desterro, na Bahia⁵, acabaram demonstrando, no cotidiano, servirem de asilo para mulheres viúvas, educandas ou aquelas que, por algum motivo, estavam em conflito com seus maridos. As regras estabelecidas para os conventos femininos eram implementadas por homens e refletiam os preceitos da sociedade patriarcal, visto que se as mulheres não possuíam os mesmos direitos que os homens – como ainda não possuem na atualidade –, esse modelo de sociedade era refletido também na vida religiosa e monástica. Havia um grande esforço em preservar a moral e a castidade das mulheres através dos altos muros dos conventos, de forma que

³ Regime no qual o monarca, além de responder pelo poder Executivo, era responsável, também, pelos assuntos eclesiásticos. Para mais informações sobre o padroado no Brasil, ver Hoornaert (1983).

⁴ A honra de uma mulher estava estreitamente ligada a virgindade e aos rígidos padrões morais da época. Sobre as moças de honra duvidosa pesava a suspeita ou certeza da perda da virgindade. Se uma jovem deixasse de ser casta antes do casamento, manchava a honra de toda a família e afetava a credibilidade da mesma diante da sociedade. Para saber mais sobre o assunto ver Araújo (2008).

⁵ Os conventos e recolhimentos femininos atuaram como mecanismos de controle eclesiástico para combater os comportamentos moralmente condenáveis para a época. Para mais informações sobre o tema ver Lage (2016) e Lopes (2005).



estas se mantivessem distantes das concupiscências mundanas, mas, também, da vida pública. Numa Igreja em que os homens determinavam as regras e dogmas, a clausura acabou reforçando a sujeição das mulheres aos homens e a dependência das comunidades religiosas femininas à hierarquia eclesiástica deles.

PARTICIPAÇÃO FEMININA NA HISTÓRIA: O FEMINISMO POSSÍVEL

Ao longo da história, várias mulheres se rebelaram ou lutaram para aquisição de direitos fundamentais relacionados ao mercado de trabalho, família e inserção social. A chamada primeira onda do feminismo⁶ ocorreu a partir das últimas décadas do século XIX, quando mulheres inglesas se organizaram para lutar por direitos. O primeiro direito que se popularizou foi o direito ao voto, por isso, tais mulheres passaram a ser conhecidas como sufragetes. No Brasil, o movimento teve início no século XX e a princípio estava articulado pela luta das sufragetes, que, lideradas por Bertha Lutz⁷, levaram um abaixo-assinado ao senado no ano de 1927, pedindo que o direito ao voto se estendesse às mulheres. Essa conquista ocorreu com a constituição de 1932 (PINTO, 2010).

O feminismo inicial, tanto na Europa, como nos Estados Unidos e no Brasil, perdeu fôlego a partir da década de 1930, ressurgindo com maior força nos anos de 1960. Nesses trinta anos de arrefecimento, embora não tenha sido registrado grandes agitações em relação às lutas relacionadas aos direitos das mulheres, elas buscaram diversas formas de inserção social nos espaços majoritariamente masculinos, num esforço que pode ser chamado de “feminismo possível”, ou seja, de acordo com as limitações socioculturais impostas pela época.

A definição de papéis é construída e sustentada por discursos que possuem um caráter de cientificidade em cada época e sociedade, sendo estes responsáveis

⁶ Em meados do século XIX, as questões relacionadas aos direitos das mulheres passaram a ser organizadas de forma estrutural a partir da criação de entidades e demandas específicas de interesse coletivo. O movimento que surgiu a partir de então foi denominado de feminismo. Para organizar o estudo relacionado a esse movimento, algumas autoras seccionaram em períodos cronológicos denominados de ondas, de acordo com a época e demandas específicas. Para saber mais sobre o tema ver Pedro (2005) e Pinto (2010).

⁷ Bertha Lutz foi cientista e bióloga, estudou na Europa e retornou ao Brasil em 1910. Fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e, através dessa instituição, atuou intensamente pelo direito ao voto feminino no Brasil (PINTO, 2010).

pelo lugar social destinado aos homens e mulheres no decorrer da história. O primeiro discurso desse gênero – abordando a definição de papéis entre homens e mulheres – que se tem conhecimento é originário da Grécia Antiga e “proferido” por Aristóteles no início da era ocidental. Na perspectiva grega, as mulheres eram criaturas inferiores por natureza, ou seja, de acordo com Aristóteles, comparando o masculino e o feminino no reino animal, as fêmeas apareciam sempre em desvantagem: possuíam o corpo mais fraco, a carne mais flácida e o cérebro menor.⁸ O discurso aristotélico foi incorporado pelos discursos médico, religioso, psicanalítico, educacional e jurídico, acarretando efeitos desastrosos sobre a imagem e a dignidade feminina ao longo da história (COLLING, 2014).

Leite (1984) destaca que raramente a mulher aparecia na documentação produzida oficialmente, exceto quando perturbava a ordem, desempenhava papéis que não eram permitidos à uma mulher – como alguém à frente do seu tempo – ou, ainda, quando exercia de forma extremada o papel feminino a ponto de ganhar notoriedade. Em relação ao espaço social destinado à mulher e sua presença na historiografia, Michele Perrot assevera:

A cidade do século XIX é um espaço sexuado. Nela as mulheres se inserem como ornamentos, estritamente disciplinadas pela moda, que codifica suas aparências, roupas e atitudes, principalmente no caso das mulheres burguesas [...]. Quanto às mulheres do povo, só se fala delas quando seus murmúrios inquietam no caso do pão caro, quando provocam algazarras contra os comerciantes ou contra os proprietários [...]. Sobre elas não há uma verdadeira pesquisa, apenas a constatação de seu eventual deslocamento para fora dos territórios que lhes foram reservados (PERROT, 1989, p. 11).

Em fins do século XX percebe-se um movimento de diversos ramos da ciência em prol de um conhecimento menos superficial sobre as mulheres e sua participação na história. Historiadores, sociólogos e antropólogos debruçaram-se sobre o estudo da condição feminina, alargando as fronteiras de um campo de conhecimento em que poucos haviam se aventurado. Utilizando documentos até então pouco valorizados pela historiografia oficial, como diários, cartas pessoais, álbum de fotos e até livros de

⁸ *Das Partes dos Animais* é um tratado elaborado por Aristóteles por volta de 350 a.C. no qual o autor examinou mais de quatrocentas espécies zoológicas, comparando-as e descrevendo suas características. Utilizou em suas observações duas categorias: a de gênero e da espécie. Esse tratado influenciou tanto as teorias naturais como os trabalhos dos naturalistas do século XVII (COLLING, 2014).

receitas, surge um novo olhar sobre a história, da qual as mulheres passaram a ser “vistas e ouvidas” (ALGRANTI, 1993).

Graças a essas pesquisas têm chegado ao nosso conhecimento uma história menos excludente que aborda não apenas a trajetória de heroínas e mártires, mas a história da maioria das mulheres brasileiras que viveram de acordo com as normas e as regras sociais de seu tempo, que não foram revolucionárias, tampouco visionárias, mas que nem por isso suas histórias não mereçam ser investigadas ou contadas. Viver é resistir, buscar espaços de inserção e sociabilidade, interferir e mudar a realidade, muitas vezes através do que é possível num determinado momento.

A partir do último quartel do século XIX, muitas mulheres passaram a atuar em obras sociais e filantrópicas, essa era certamente uma forma de ajudar o próximo e praticar a caridade, mas ao mesmo tempo uma estratégia discreta para sair da esfera doméstica ao qual estavam destinadas e ingressar em espaços até então destinados apenas aos homens. Algumas ingressaram na vida religiosa e se tornaram Irmãs de Caridade, atuando em escolas, orfanatos, asilos e hospitais, outras, ao lado de seus maridos ou pais, se tornaram sócias de hospitais filantrópicos como a Santa Casa de Misericórdia e atuaram como damas de caridade, visitando os enfermos, organizando quermesses e comissões para angariar recursos que seriam destinados à manutenção da instituição.

Diante do exposto, salientamos que, nesta pesquisa, utilizamos o exemplo da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim enquanto espaço de atuação de mulheres.

PARTICIPAÇÃO FEMININA NA SANTA CASA DE CACHOEIRO: ESPAÇO DE CARIDADE E LIBERDADE

A prática da caridade e da filantropia esteve presente em diversas sociedades ao longo da história e muitos filantropos ricos doaram parte de suas fortunas para ações caritativas ou para o financiamento de instituições voltadas para o combate à pobreza, miséria e analfabetismo. Se até o século XIX esse universo era majoritariamente masculino, a partir de então, passa a ocorrer uma crescente participação das mulheres da aristocracia e classe média em obras sociais. Essas mulheres certamente estavam preocupadas com os desvalidos e motivadas pelos



ideais de caridade e ajuda ao próximo, mas, ao mesmo tempo, buscavam também a inserção no mundo público, queriam ir além da esfera doméstica que lhes era desde cedo imposta.

As mulheres que até então eram educadas para trabalharem na esfera doméstica e na criação de filhos passaram a ter argumentos de origem moral e religiosa para atuarem em questões sociais. Por incrível que pareça, a bondade e a caridade passaram, a partir desse momento, a ser considerados consequência da natureza feminina, controladas pelo patriarcalismo e pela religiosidade. Entretanto, quando tais atributos passam a ter um gênero, o feminino, provocaram o surgimento de um espaço de reflexão e de ação para muitas mulheres.

Quando a medicina social⁹ surgiu, no século XIX, atuou em várias frentes para ordenar os espaços, disciplinar os hábitos, introduzindo padrões de higiene, e resolver os principais problemas referentes às epidemias que assolavam o povo brasileiro na época. Para conseguir adeptos a fim de auxiliarem na efetivação de seus ideais moralizantes e civilizatórios, o discurso higienista¹⁰ apelava para sentimentos nobres como a caridade. Muitas mulheres sentiram-se atraídas por essa manifestação de modernidade, porque perceberam a possibilidade de inserção em questões de interesse social, mesmo que pela via da beneficência. Dessa forma, aquelas que atuavam pela via caritativa não estavam rompendo com as rígidas fronteiras do privado, da honra e da moral que lhes era imposta, estavam cumprindo o chamado

⁹ A Medicina Social surgiu em fins do século XIX e início do século XX com a finalidade de regular os comportamentos e erradicar as epidemias que assolavam a coletividade (STEPHANOU, 1997).

¹⁰ No século XIX, houve um intenso processo de industrialização e urbanização nas cidades europeias e, por isso, um grande contingente populacional passou a viver nos centros urbanos que não possuíam condições estruturais e de higiene adequadas, facilitando, assim, a disseminação de doenças. Nesse contexto, surgiu o Higienismo, uma disciplina que tinha como objetivo organizar os espaços coletivos, determinando os padrões de comportamento social, as condições de trabalho e de alimentação, num processo que, segundo Machado (1978 *apud* LIMA, 2002) era de medicalização da sociedade. Nesse período, as condições sanitárias das cidades brasileiras, como Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, eram péssimas. Os estudos e debates entre médicos e engenheiros no âmbito administrativo tinha a finalidade de melhorar os aspectos de salubridade de tais cidades, mantendo intercâmbio permanente com os conhecimentos produzidos na Europa. As prescrições médicas de salubridade tinham como base a teoria miasmática – apesar dos avanços da teoria microbiana de Pasteur – na qual determinava que as doenças eram resultadas da proliferação de gases pútridos oriundos da decomposição de matéria orgânica que contaminava o ar e lençóis freáticos, os miasmas. A orientação administrativa, pautada nos ideais higienistas, determinava que os edifícios nocivos à saúde coletiva, que pudessem ser fonte de miasmas, como os hospitais, cemitérios e lazaretos, fossem instalados ou deslocados para locais afastados dos centros urbanos (LIMA, 2002, p. 20-92).



religioso de saírem do recôndito de seus lares para atuarem em prol dos desvalidos. Naquele momento era uma espécie de “feminismo possível” (PERROT, 1984).

Em Cachoeiro de Itapemirim, município localizado ao sul do estado do Espírito Santo, a Santa Casa de Misericórdia foi fundada em 27 de janeiro de 1900, e inaugurada no dia 11 de fevereiro do mesmo ano, passando a prestar assistência aos indigentes e necessitados, contando com doações dos sócios e da comunidade local. Como uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, sua receita¹¹ constituía-se de: contribuição dos associados; donativos recebidos pela diretoria; subvenções concedido pelos poderes públicos; doações de apólices e imóveis; internação de doentes em quartos particulares e da empresa funerária.¹²

Havia diferentes categorias de sócios¹³, a saber: fundadores, beneméritos ou benfeitores, remidos e contribuintes. Apesar de todos os associados possuírem os mesmos direitos, garantidos através do Estatuto que regia a instituição, havia *status* diferenciados, que asseveravam prestígio e notoriedade, tanto no interior da associação como fora dela.

Na fundação da Associação que deu origem à Santa Casa de Cachoeiro, entre os 53 fundadores constam 4 mulheres. Elas atuaram na instituição em número sempre desfavorável em relação ao contingente masculino, mas ali estiveram – mesmo que associadas à imagem do marido – marcando presença e realizando importantes serviços em prol da coletividade. A proporção de mulheres que atuavam na instituição foi aumentando de forma gradativa com o passar dos anos. Em 27 de novembro de 1920 houve 187 propostas de sociedade e apenas 5 eram de mulheres, já, em 15 de abril de 1950, das 5 propostas para novos sócios, a proporção era de quatro homens para uma mulher. Elas também passaram a ser homenageadas no interior da Santa

¹¹ Conforme consta no Artigo 4º do Estatuto de 1941 da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim.

¹² Em 1938, foi concedido à Santa Casa de Cachoeiro a exclusividade da exploração dos serviços funerários do município mediante contrato assinado com a prefeitura municipal, com vigência de dez anos, conforme descrito em *Ata da sessão ordinária da Diretoria*, de 28 de outubro de 1938.

¹³ De acordo com o Estatuto de 1941 nos Artigos 14º ao 18º, os sócios fundadores totalizavam 53 e correspondiam aos inscritos na ocasião da instalação da Associação de Beneficência; os beneméritos eram pessoas que fizessem de uma só vez uma doação correspondente a 5:000\$000 (cinco contos de réis) ou prestassem relevantes serviços à entidade, à juízo da Assembleia Geral; os remidos, todos os que fizessem de uma só vez, o pagamento de mensalidades correspondentes a um período de 20 anos; os contribuintes, eram os que fossem admitidos como sócios e inscritos no livro de Registro dos associados da instituição, após aprovação em Assembleia Geral.



Casa quando os serviços prestados e as doações fornecidas passaram a lhes conferir *status* de sócias beneméritas ou remidas, conforme consta em *ata de 20 de abril de 1942*:

Propôs ainda para sócios remidos os srs. dr. Loureiro Moraes de Freitas Barbosa que, com sua Exma. espôsa fizeram donativos de um terreno na rua Coronel Borges, cujo valor é superior a de 20 anuidades – artigo 14 do Estatuto [...]. Para beneméritos [...] Áttila Vivacqua Vieira que há muitos anos fornece gratuitamente toda a lenha consumida pela Santa Casa [...] Ruth A. Ramos Vieira, cujo interesse pela Santa Casa é sobrejamente conhecido e ainda por seus valiosos donativos, pelos relevantes serviços; D. Theonila Vivacqua Vieira, pelo donativo feito do valor de cinco contos [...]. (*Ata da Sessão da Diretoria da Santa Casa de Cachoeiro* – 20 de abril de 1942).

De acordo com o *Estatuto de 1941*, a diretoria deveria providenciar quadros dos sócios fundadores, remidos, beneméritos e benfeitores, para que fossem colocados em lugar de destaque na sede da Santa Casa.

Algumas mulheres atuaram como Damas de Caridade, organizando quermesses e campanhas de donativos para asilos orfanatos e hospitais. Muitas dessas damas eram esposas de provedores ou de irmãos das Santas Casas. Mesmo não sendo em posições de destaque e, muitas vezes, sujeitas às regras e estatutos impostos pelos homens, a participação das mulheres foi de fundamental importância para a manutenção de muitas obras sociais e, principalmente, para a sua emancipação. A verdade é que, protagonistas ou não, as mulheres encontraram uma via possível de participação “política” e de inserção social num universo até então majoritariamente masculino.

Em 1916, ocorreu uma reunião da diretoria da Santa Casa de Cachoeiro¹⁴ sob a direção do então presidente Felinto Elysio Martins, na qual o mesmo declarou que a finalidade daquela sessão era deliberar sobre a conveniência de encarregar o serviço de enfermeiras do hospital às Irmãs de Caridade. A proposta foi colocada em votação e aprovada por unanimidade, mas não havia congregação, nem religiosas atuando em Cachoeiro, tampouco nos arredores, por isso, apesar de aprovada, a proposta não se efetivou.

¹⁴ A reunião foi registrada no livro de *Actas da Directoria da Associação de Beneficência Cachoeirense*, em 15 de agosto de 1916. O hospital era popularmente conhecido como Hospital da Associação Beneficente Cachoeirense, pois foi esta entidade que fundou o nosocômio no ano de 1900. Outro cognome constantemente atribuído a instituição em questão era Casa de Caridade, uma forma genérica pela qual eram conhecidos hospitais filantrópicos de assistência à saúde coletiva em meados do século XIX e início do século XX.

RELIGIOSAS NA SANTA CASA DE CACHOEIRO: AS IRMÃS ENFERMEIRAS

A congregação das irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia foi fundada em Cachoeiro de Itapemirim em 1927, por madre Gertrudes de São José¹⁵, que inaugurou um colégio, à princípio com a finalidade de escolarizar as moças da região. Atento ao trabalho das religiosas junto à comunidade do município, o então presidente da Santa Casa na época, Mário Rezende, escreveu uma carta à madre pedindo a atuação das religiosas junto aos enfermos do hospital. Atendendo ao pedido feito, a Superiora designou algumas freiras da irmandade para atuarem na Santa Casa de Cachoeiro.

No dia 07 de maio de 1929, foi publicado uma nota no jornal *Correio do Sul* sobre a entrega da direção de todos os serviços internos da Santa Casa aos cuidados das Irmãs de Jesus na Eucaristia, ficando a superintendência geral dos serviços sob a responsabilidade da Madre Gertrudes de São José. Após dois dias, o periódico publicou o contrato de serviço firmado entre a Madre e o Hospital. O contrato em questão possui nove cláusulas. Abaixo, evidenciamos algumas delas:

1ª. A Irmã Gertrudes de São José, diretora do Colégio Sagrado Coração de Jesus, também designada primeira contratante, contrata com a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim, também designada contratante ou simplesmente Santa Casa, representada por seu presidente Mário Resende e devidamente autorizada por Assembleia Geral, a direção interna de todos os serviços, sem despesa alguma para a primeira contratante e sob as condições seguintes:

2ª. A primeira contratante obriga-se a superintender todo o serviço interno das dependências da Santa Casa, inspecionando-os diariamente sob força maior e zelando para sua economia, limpeza, asseio, ordem e moralidade. Conforme dispõe o regulamento interno;

[...] 7ª. A segunda contratante obriga-se a dar às Irmãs uma alimentação boa, sadia [...] bem como no caso de doenças de qualquer delas, dar-lhes também além dos necessários medicamentos, a respectiva assistência médica e, verificando algum falecimento, serão por conta da Santa Casa todas as despesas de transporte e enterro;

8ª. A segunda contratante pagará a cada uma das Irmãs empregadas nos serviços da Santa Casa, inclusive à primeira contratante a importância mensal de 100\$000 (cem mil réis) e dará também mais 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) mensalmente para serem aplicados nos seus serviços religiosos podendo a primeira contratante contratar capelão com as atribuições que achar pertinente;

9ª. Este contrato terá vigor durante quatro anos a partir da data de sua assinatura e, se não for proposta a sua rescisão, será ele renovado por mais quatro anos e assim sucessivamente (Jornal *Correio do Sul*, 9 de maio de

¹⁵ A Madre Gertrudes de São José é considerada a fundadora da congregação de Jesus na Santíssima Trindade. Para maiores informações, ver a obra *Morte de um Grão, Certeza de Vida: Madre Gertrudes de São José, sua vida, sua história* (1990).



1929).

Conforme determinava o contrato, as religiosas eram responsáveis por supervisionar todos os setores do hospital, como: lavanderia, rouparia, centro cirúrgico, maternidade, cozinha, além de assistência espiritual aos enfermos e seus familiares. Recebiam um salário coletivo para a realização desses serviços, que era entregue à Superiora da Congregação para serem aplicados nas demais obras assistenciais realizadas pela irmandade. No hospital havia uma diretoria eleita, formada por membros da sociedade local e a diretoria “interna”, na qual as irmãs atuavam. Elas eram responsáveis pela direção e supervisão do nosocômio, cuidando para que este funcionasse adequadamente. Caso encontrassem alguma irregularidade, deveriam levar ao conhecimento do presidente da instituição para que o mesmo tomasse as providências cabíveis.

Para traçar o perfil dessas freiras seria necessária uma vasta documentação que, segundo a congregação, existia, mas que se perdeu com o tempo. Portanto, diante desse obstáculo – a falta de fontes – tentaremos resgatar um pouco da história das religiosas por meio da conversa¹⁶ com três freiras da irmandade que, embora não tenham vivenciado o cotidiano do hospital no período em estudo¹⁷ – 1930 a 1950 – passaram a fazer parte da congregação alguns anos mais tarde e, de uma maneira bastante particular e ao mesmo tempo coletiva, emprestaram parte de suas memórias e histórias para a constituição desse estudo.

Começaremos o resgate histórico da irmandade – no âmbito que convém a nossa pesquisa – com a religiosa Eurides Florentino¹⁸, que atualmente está aposentada e vive na Casa-mãe da congregação, em Vila Velha.¹⁹ Eurides nasceu em 1936, no interior de Colatina²⁰, e, desde cedo, diz que sentia desejo de ingressar na

¹⁶ Acreditamos que o método por nós utilizado não compromete a qualidade da nossa pesquisa e os resultados obtidos.

¹⁷ As irmãs que trabalharam no hospital no período em que a pesquisa se insere faleceram. Por isso, a impossibilidade de ouvir os seus relatos.

¹⁸ O Relato da religiosa foi obtido através de conversa com a pesquisadora no dia 25 de julho de 2017, na Casa-mãe da congregação, situada em Vila Velha. Neste local vivem as Irmãs que estão aposentadas e aquelas que necessitam de tratamento de saúde, além das que atuam em obras sociais no município. Em relação ao fato da freira não saber que recebia salário, esta demonstrou-se surpresa quando informei a respeito do salário coletivo, demonstrando curiosidade em relação ao valor do salário nos dias atuais.

¹⁹ Município do Espírito Santo, pertencente à região metropolitana de Vitória.

²⁰ Cidade localizada no sul do estado do Espírito Santo.



vida religiosa. Se tornou membro da congregação das Irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia em 1955, passando a atuar na Santa Casa de Cachoeiro como aprendiz em 1958. Essa primeira experiência na Santa Casa foi curta, visto que atuou em hospitais da região de Itaperuna²¹, junto com outras irmãs. Em 1970, fez um curso de enfermagem com duração de dois anos, com professores que se formaram na renomada Escola de Enfermagem Ana Nery, no Rio de Janeiro, e, só então no ano de 1972, retornou para a Santa Casa de Cachoeiro. Segundo a irmã Eurides, as freiras residiam no hospital e sua rotina iniciava as 4:30 horas com orações que duravam até as 6:30 horas. Por volta das 7:00 horas elas tomavam o café da manhã e, em seguida, cada uma se dirigia para o seu setor. Por volta das 12:00 horas era o almoço – sem intervalo para descanso – e retomavam para o trabalho que, geralmente, ia até as 19:00 horas. Entretanto, as freiras podiam ser acionadas a qualquer hora da noite para atenderem a alguma emergência que por ventura surgisse. A religiosa relatou que “trabalhavam pela roupa e comida”, pois não havia salário e que elas jamais tocavam em dinheiro, mas, em contrapartida, todo e qualquer tratamento de saúde que necessitavam era feito pelo hospital, sem necessidade de pagamento.

Outra religiosa com que conversamos foi a Irmã Otília²², que nasceu no interior de Minas Gerais, em 1933, e que, desde muito cedo, disse ter sentido o desejo de ingressar na vida religiosa. Entrou para a congregação em 1960, aos 20 anos de idade, e começou a atuar na Santa Casa por volta do ano de 1961. Trabalhou coordenando a limpeza, a cozinha, costurando roupas, além de prestar auxílio aos profissionais do pronto-socorro. Segundo a religiosa, nesse período já haviam vários profissionais com formação na área de enfermagem e que com o passar dos anos o número aumentou de forma significativa, tanto que as freiras podiam cuidar de setores administrativos, ao invés de atuarem diretamente junto aos doentes. A mesma

²¹ Cidade localizada na região norte do estado do Rio de Janeiro.

²² Irmã Maria Joana Otília fez os relatos no dia 22 de maio de 2017, nos corredores da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro, onde ainda atua prestando auxílio espiritual aos pacientes. A mesma reside nas dependências do colégio Jesus Cristo Rei, junto com as Irmãs que dirigem o educandário e tem uma jornada de trabalho diária no hospital, recebendo um salário mensal para isso. A conversa com a religiosa foi interrompida várias vezes por funcionários, visitantes e parentes de pacientes que chegavam para abraçá-la, cumprimentá-la e pedir a sua bênção. A freira fez questão de mencionar que a conversa não poderia alongar-se por muito tempo, pois estava em serviço. Em relação ao trabalho que executa atualmente, informou que, além de visitar e orar pelos pacientes no leito, intercede pelos mesmos junto aos médicos e dirigentes do hospital para agilizar os procedimentos ou solucionar questões relacionadas a queixas, reclamações ou solicitações.



informou que, a partir de então, ela passou a se dedicar mais ao trabalho espiritual dos pacientes e de seus familiares, muitas vezes relatando as necessidades destes junto aos seus superiores. Irmã Otília também alegou que não recebia salário para o cumprimento das tarefas que realizava.

Como foi demonstrado através do contrato firmado entre a Santa Casa e a Superiora da congregação, as religiosas recebiam um salário mensal, mas este era coletivo e servia para a manutenção das demais obras implementadas pela irmandade, como escolas, orfanatos e hospitais. O que acontece é que, provavelmente, algumas religiosas desconheciam que possuíam um vínculo empregatício com o hospital, recebendo salários como todo trabalhador que desempenhasse trabalho formal junto à uma instituição.

Outra freira que colaborou muito para a compreensão da dinâmica da congregação em estudo foi Aurora Côgo²³, que, embora não tenha trabalhado na Santa Casa, é uma das responsáveis pela preservação da história das religiosas de Jesus na Santíssima Eucaristia. Aurora nasceu no interior de Muniz Freire²⁴, em 1942, e como as demais irmãs citadas nesta pesquisa, nutriu desde muito cedo um sentimento vocacional para a vida religiosa, principalmente depois que seu irmão ingressou no seminário com a finalidade de se tornar padre. Vivenciou uma experiência de vida em clausura com as irmãs da congregação de Jesus na Santíssima Eucaristia, em Vila Velha, no ano de 1956, e, nos anos seguintes, atuou em várias instituições educacionais mantidas pela irmandade, uma delas foi o colégio Jesus Cristo Rei, em Cachoeiro de Itapemirim.

Entre os vários relatos que fez, destacou que, ao ingressar na congregação, era semialfabetizada e toda a formação que possui é congregacional. Ela se formou em Pedagogia e fez especializações em Metodologia de Aprendizagem, Psicoterapia corporal e Teologia pastoral. Enfatizou que nunca atuou na Santa Casa, mas sempre acompanhou de perto as irmãs que ali trabalhavam, acalentando o sonho de um dia ser enfermeira, mas como a congregação necessitava de um número maior de

²³ Irmã Aurora Côgo foi Superiora da congregação durante oito anos, atualmente é missionária em Angola onde aplica junto aos desassistidos os conhecimentos de psicoterapia corporal e elaboração de remédios naturais. O relato contido neste trabalho foi coletado nas dependências do Colégio Jesus Cristo Rei, no dia 10 de julho de 2017, em Cachoeiro de Itapemirim. Na época a religiosa estava de férias no Brasil e participando de um congresso promovido pela irmandade.

²⁴ Cidade localizada no sudoeste do Estado do Espírito Santo.

professoras, passou a atuar nesta área.

Durante a nossa pesquisa, nos questionamos acerca da contradição de informações conflitante que recolhemos em relação ao “exercício do trabalho sem salário” e a existência de um contrato de trabalho que estabelecia os vencimentos individuais de cada freira²⁵. Foi a irmã Aurora que esclareceu acerca do salário coletivo e da aplicação do dinheiro em obras sociais mantidas pela congregação.

Os relatos aqui apresentados tiveram o objetivo de auxiliar a compreensão acerca de quem eram e como viviam as mulheres que dedicaram a vida a auxiliar e socorrer o próximo no interior da Santa Casa de Cachoeiro. Na impossibilidade de ouvir as freiras que atuaram no período em estudo, entre 1929 e 1950, optamos por resgatar parte do cotidiano delas por meio do olhar e da vivência de outras que trabalharam na mesma instituição em um período posterior.

As religiosas da congregação atuaram na direção da Santa Casa de Cachoeiro entre os anos de 1929 a 1950. De acordo com o *Regimento Interno* em vigor no ano de 1945, as freiras eram encarregadas de todo o serviço administrativo da instituição, como podemos averiguar a seguir:

Art. 116 – O SERVIÇO ADMINISTRATIVO, se relacionando com tudo o que diz respeito a administração interna do Hospital, é dirigido pelo presidente, que terá como auxiliares diretos, religiosas da Irmandade que para isso tiver contrato com a Santa Casa (*Regimento Interno de 1945*, p. 23).

A hipótese defendida nesse trabalho é a de que o cuidado das religiosas junto aos doentes internados na instituição ia além das atribuições de seus cargos, rompendo as fronteiras do corpo e alcançando os limites da alma, pois a caridade e o altruísmo faziam parte do proceder das irmãs, tornando o atendimento mais humanizado e ético, favorecendo a cura ou minimizando o sofrimento e possibilitando uma melhoria na qualidade de vida daqueles que eram atendidos pelo hospital. Como

²⁵ O questionamento acerca da contradição entre o não recebimento de salário e a existência de um contrato trabalhista entre a Santa Casa e a Superiora da congregação ocorreu não apenas pelo relato das irmãs Eurídes e Otilia, pois, além do contrato de trabalho registrado tanto em Ata da Diretoria da Santa Casa de 1º de maio de 1929, como a publicação do mesmo no jornal *Correio do Sul*, em 9 de maio do mesmo ano, existem dois livros de historiadores cachoeirenses que reforçam a afirmativa da inexistência de salário, embora ambos apresentem a transcrição do contrato de trabalho da irmandade com o hospital. Moulin (2010) afirma que as religiosas atuavam em todos os setores, exceto o financeiro, e que não recebiam salários, por isso eram chamadas de voluntárias (MOULIN, 2011, p. 38). Enquanto Moreira (2017) destaca que o trabalho da irmandade junto aos enfermos se estabelecia em troca de alimentação e domicílio, uma vez que a residência das freiras era nas dependências da Santa Casa (MOREIRA, 2017, p. 32).

a residência das irmãs era no interior do nosocômio, o horário de trabalho podia se estender para além do previsto²⁶, uma vez que elas podiam ser acionadas a qualquer hora da noite e prestavam os primeiros atendimentos nos casos de emergência. Caso julgassem necessário, entravam em contato com o médico para que o mesmo viesse prestar atendimento na instituição.

Muitas eram as atribuições das religiosas no interior do nosocômio, entre elas podemos destacar algumas que constam no Artigo 123 do *Regimento Interno de 1945*:

Art. 123 – Competem às Irmãs, sob a direção da Superiora que é por todas responsável perante o Presidente as seguintes obrigações:

- a) Fazer toda escrita do movimento hospitalar, atendendo às exigências dos serviços estatísticos;
 - b) Dar entrada dos indigentes que tiverem seus papéis em ordem;
 - c) Receber as contribuições dos pensionistas, assinando com o Tesoureiro entregando a estes as quantias que tiver recebido;
 - e) Providenciar a limpeza e asseio de todas as dependências do Hospital;
 - f) Arquivar metodicamente as papeletas dos doentes que falecerem ou tiverem alta;
 - g) Prestar ao Presidente as solicitações e esclarecimentos que solicitar;
 - k) Comunicar aos parentes e interessados quando o pedirem o falecimento de enfermos no Hospital;
 - l) Providenciar o enterramento dos indigentes falecidos no Hospital [...]
- (Artigo 123 do *Regimento Interno de 1945*, pp. 24-25).
- m)

De acordo com as atribuições descritas no documento acima, muitos poderiam acreditar que as religiosas se encarregavam apenas do trabalho burocrático, mas estas dirigiam todos os setores do hospital, inclusive o de enfermagem, e atuavam diretamente junto aos doentes. Em *Carta de 23 de abril de 1940*, madre Gertrudes destaca a importância da excelência no serviço de enfermagem realizado no hospital:

Peço-vos, pois que vos vigieis bem sobre esse ponto. A Diretoria dos hospitais, paga as Irmãs para que elas dirijam bem o serviço de enfermagem, economia e paga para que haja ordem e limpeza no hospital (...) Portanto minhas filhas, a nossa missão é de grande responsabilidade seja diante de Deus ou da sociedade e carece mesmo tomar todo o interesse para que tanto os nossos colégios como os nossos hospitais andem numa ordem e progresso sempre crescente afim de honrar a nossa Igreja e a nossa querida Congregação (*Carta Circular de Madre Gertrudes de São José*, 23 de abril de 1940).

O período em que as irmãs passaram a atuar no hospital coincide com uma série de mudanças implementadas pelo governo federal em relação à saúde coletiva. Tais fatores estão intrinsecamente relacionados aos avanços da medicina em virtude

²⁶ Informação obtida junto à irmã Aurora, durante conversa no dia 10 de julho de 2017, nas dependências do Colégio Jesus Cristo Rei, em Cachoeiro de Itapemirim.



da microbiologia inaugurada por Pasteur e pelas experiências bem-sucedidas de Oswaldo Cruz no combate a diversas moléstias que assolavam o povo brasileiro. A constatação de que determinadas doenças tinham um agente causador e um vetor que agia como propagador – à exemplo do mosquito transmissor da febre amarela – fez com que o Estado alargasse suas ações para além do isolamento, que até então era amplamente utilizado e, na maioria dos casos, tido como única medida profilática (BENCHIMOL, 2001).

Os avanços da medicina no combate e prevenção de doenças provocaram profundas mudanças na sociedade, trazendo a público uma nova compreensão da saúde e da doença. No dia 11 de abril de 1929 o jornal *Correio do Sul* publicou um informe destacando que o então prefeito, Francisco Alves Athayde, determinava a vistoria nos logradouros, chácaras e quintais em virtude da descoberta de um caso de febre amarela em Campos. O informativo deixava explícito que por haver comunicação diária entre os habitantes de Campos com os de Cachoeiro de Itapemirim, a medida era necessária. O prefeito convocou toda a população para que colocasse o lixo retirado das residências nas calçadas, para que este fosse recolhido. Nos dias 18 e 20 de abril do mesmo ano, o referido jornal trouxe um anúncio da diretoria de Hygiene intitulado: “Guerra ao Mosquito Rajado”, descrevendo a aparência e os hábitos do mosquito transmissor da febre amarela.

Figura 1 - Jornal *Correio do Sul* – 18 de abril de 1929.



Fonte: Acervo pessoal da autora

Em meados da década de 1930, a enfermagem estava se institucionalizando e importantes escolas, a exemplo da Escola de Enfermagem Superior Ana Nery, localizada no Rio de Janeiro, passaram a formar profissionais especializados para atuar nos hospitais de todo o Brasil, além disso, havia novos padrões relacionados à vestimenta destes profissionais, que deveriam ser adequados de acordo com as novas determinações dos órgãos responsáveis pela saúde pública no país.

Em carta de 10 de agosto de 1939, a Superiora da congregação alerta as freiras sobre a importância da obediência às determinações da Saúde Pública que estabelecia a obrigatoriedade de todas as pessoas que atuavam junto aos doentes – nas enfermarias, salas de operação e curativos – a vestirem-se de branco. A freira segue escrevendo que nos hospitais as freiras da irmandade deveriam usar um avental inteiro com mangas e véu branco. Ao que tudo indica, houve resistência por parte das religiosas em acatar a nova vestimenta, pois na mesma carta a madre se queixa que algumas irmãs que não estavam cumprindo com tais exigências, tampouco com as suas determinações. Ela destaca que as diretoras deveriam ser as primeiras a dar o exemplo, e afirma que, para evitar escândalos, proibiria a renovação dos votos das irmãs que, antes da data fixada, não estivessem vestidas conforme o que havia sido determinado.



Podemos observar que as mudanças no pressuposto do cuidar – praticado pelas irmãs – para o curar – implementado pelas novas regulamentações governamentais de saúde coletiva –, começaram a chegar no município de Cachoeiro em fins da década de 1930, alterando, de certa forma, a rotina do hospital, bem como a atuação das freiras junto aos doentes.

As religiosas que atuavam na Santa Casa obedecendo os novos rumos da saúde coletiva no país, passaram a buscar qualificação para continuarem realizando o serviço de enfermagem. No dia 08 de março de 1946, madre Gertrudes escreveu às irmãs Olívia e Celestina sobre a importância do curso que estavam fazendo na renomada escola de enfermagem Ana Nery. A Superiora enfatizou que a prática adquirida naquela escola possuía muito valor nos hospitais.

De acordo com o relato da freira Aurora Côgo, ao regressar para o município de Cachoeiro, a irmã Olívia passou a ministrar cursos de auxiliar de enfermagem com emissão de certificado. Depois dela, um número significativo de irmãs passou a ingressar na escola superior de enfermagem do Rio de Janeiro. Antes disso, o que havia era a aprendizagem na prática, adquirida no cotidiano da instituição.

As cartas escritas pela madre eram lidas em todos os estabelecimentos em que as religiosas da irmandade atuavam, como forma de alertar, corrigir, informar e encorajar as demais. Em 02 de maio de 1937, a Superiora escreveu uma *Carta Circular endereçada as “queridas filhas” da Santa Casa de Misericórdia*, na qual elogiava o trabalho das freiras, destacando que “havia dissabores, contrariedades, desgostos e perseguições, promovidas por pessoas a quem estas dedicavam os mais ternos carinhos”. Apesar de não ser objetiva em relação ao significado dessas perseguições, a hipótese que aqui defendemos é a de que havia conflitos internos no interior do hospital em virtude das mudanças que ocorriam na implementação do novo modelo de saúde coletiva.

A partir da década de 1950, as irmãs continuaram a trabalhar na Santa Casa, mas deixaram de administrar a instituição, tornando-se apenas funcionárias. Nenhum documento foi encontrado definindo a data precisa do desligamento das freiras da administração, mas, segundo relatos das religiosas citadas anteriormente, o ano foi 1950. A freira Aurora Côgo relatou que um dos motivos da saída das irmãs da administração do nosocômio foi porque os demais funcionários começaram a se

queixar que as religiosas tinham privilégios no hospital, isso porque seus trajes eram higienizados na lavanderia e se alimentavam do que era produzido na instituição.

Mas, para além das perseguições internas, o que estava em voga naquele momento eram as intensas transformações sociais que afetaram a dinâmica do hospital. A demanda por atendimento aumentou significativamente, o que acarretou a expansão do quadro de funcionários. Nesse período, passaram a atuar na instituição enfermeiras e enfermeiros com formação técnica, e seus valores e vivências acabavam indo contra os ideais religiosos das irmãs, que eram proibidas de manter amizades com seculares. Em *Carta endereçada à irmã Elisa*, diretora das freiras na Santa Casa, a Superiora geral da congregação pede notícias detalhadas acerca das irmãs que atuavam no hospital e alerta sobre a postura religiosa que deveriam ter ao se relacionarem com seculares:

Eu queria saber notícias detalhadas sobre as Irmãs se cumprem bem o seu emprego, se são sérias com os médicos e empregados, se há harmonia e carinho entre elas, se guardam a compostura religiosa com os seculares ou se há alguma amizade particular enfim minha filha que não sobrevenha alguma novidade desagradável como a que já houve aí e em outras casas [...] desejaria também saber se a nova administração trata bem as Irmãs, as considera e respeita, como também se o Capelão cumpre o seu dever (*Carta de madre Gertrudes de São José*, 20 de agosto de 1951).

Como podemos perceber, as religiosas e os funcionários da instituição, apesar de conviverem no mesmo espaço físico, viviam em “universos diferentes”. As irmãs enfermeiras eram, antes de tudo, freiras, essa era a sua real profissão e ideal de vida. A partir do momento em que as atribuições referentes à atuação no hospital entraram em conflito com o chamado espiritual, as freiras não hesitaram em se retirar da administração interna do nosocômio e, gradativamente, foram migrando para outras áreas de atuação, sem, contudo, interromper seu compromisso missionário.

CONCLUSÃO

As irmãs de Jesus na Santíssima Eucaristia assumiram a administração interna da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro em 1929. Embora vivendo em regime de clausura e sob a égide da Igreja, experimentaram o que tantas outras mulheres de sua época não puderam. Muitas delas, provenientes da zona rural, saíram de suas casas e passaram a “trabalhar fora”, num local em que determinavam horários e

funções dos demais funcionários, além de dirigirem todos os setores da instituição. Se o movimento feminista, desde a sua origem no século XIX, busca a inserção das mulheres nos espaços sociais majoritariamente masculinos, acreditamos que a trajetória das mulheres que atuaram na Santa Casa é a história do feminismo possível.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, vol. II, 1993.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo. *Fazendo o bem, olhando a quem: órfãs e dotes de casamento nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII)*, 2008.

BELOTTI, Elena G. *Educar para a submissão*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino*. Dourados: Editora da Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.

FERNANDES, Maria Eugénia Matos. *Século e clausura no Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do século XIX*. Portugal: Ateneu Comercial do Porto, 1989.

GÉLIS, Jacques. O corpo, a Igreja e o sagrado. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Orgs.). *História do corpo: da renascença às luzes*, v. I, Petrópolis: Vozes, 2010, p. 19-130.

HOORNAERT, Eduardo. A Evangelização do Brasil durante a Primeira Época Colonial. In: HOORNAERT, Eduardo et al. *História da Igreja no Brasil*. Tomo II, v. 1. Petrópolis: Vozes, 1983.

JORNAL Correio do Sul, v. 1, junho de 1928 a junho de 1929 (versão microfilmada). Arquivo Público do estado do Espírito Santo.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Dos conventos e recolhimentos para os colégios de freiras: as diferenças da educação feminina católica nos séculos XVIII e XIX. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 32, n. 3, p. 51-56, 2016.

LEITE, Miriam Moreira. Atividades. In: LEITE, Miriam Moreira (Org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro (Século XIX)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984, p. 89-140.

LIMA, Nísia Trindade. O Brasil e a organização Pan-americana de saúde: uma história em três dimensões. In: FINKELMAN, Jacobo (Org.). *Caminhos da saúde pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

LIVRO DE ATAS do Conselho Diretor da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim – 1927-1954.

LIVROS DE ATAS da Diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim – 1916-1951.

LOPES, Maria Antónia. Repressão de comportamentos femininos numa comunidade de mulheres: uma luta perdida no Recolhimento da Misericórdia de Coimbra (1702-1743). *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVII, p. 189-129, 2005.

MACHADO, Roberto. *Danação da norma*: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MADRE GERTRUDES DE SÃO JOSÉ. *Cartas*: congregação das irmãs de Jesus na Eucaristia (maio de 1937 a junho de 1962). Belo Horizonte: São Vicente, 1981.

MARTINS, Ana Paula Vosne. A feminilização da filantropia. *Revista Gênero*, Niterói, v. 15, n. 2, p. 13-28, set. 2015.

MOREIRA, Evandro. *100 Anos de História da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim*. Cachoeiro de Itapemirim: Cachoeiro Cult, 2017.

MOULIN, Ariette. *Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim, 1900 – 2010*. Cachoeiro de Itapemirim: Gracal, 2011.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PERROT, Michele. Práticas da memória feminina: a mulher e o espaço público. *Revista Brasileira de História*, v. 18, p. 9-18, 1989.

PERROT, Michelle. *Une histoire des femmes est-elle possible*. Paris: Rivages, 1984.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, 2010.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História*: novas perspectivas. São Paulo, Unesp, 1992, pp.64-65.

SILVA, Simone Santos de Almeida. Religião e condição feminina no início do século XIX: controvérsias em torno da Irmã Germana. In: Colóquio do Laboratório de



História Econômica e Social (LAHES) da UFJF. *Anais eletrônicos*, 2005. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/lahes/producao-cientifica/anais-do-i-coloquio-do-lahes-13-a-16-de-junho-de-2005/> >. Acesso em: 1 mar. 2018.

STEPHANOU, Maria. Práticas educativas da medicina social: os médicos se fazem educadores. *Revista História da Educação*, Pelotas, p.145-168, 1997

Recebido em: 1 de março de 2018.

Aceito em: 21 de março de 2018.